Emprego: Gerente de Planejamento e Execução de Obras
Principais atribuições: Ao Gerente de Planejamento e Execução de Obras, além de orientar, dirigir, cumprir e fazer cumprir as normas e determinações legais, compete: I - planejar e executar, direta ou indiretamente, as atividades relacionadas às obras, à manutenção, reformas e restauros de edificações; II - proceder à análise de projetos arquitetônicos ou complementares, básicos ou executivos, relacionados às obras de construção, ampliação, reforma e revitalização de edifícios; III - realizar diagnóstico da rede física e de infraestrutura, propondo mudanças e melhorias, definindo critérios para a padronização dos espaços físicos, de máquinas e equipamentos; IV - avaliar, acompanhar e monitorar, direta ou indiretamente, a execução física e financeira das obras, reformas, manutenção e restauro de edificações; V - avaliar e analisar estudos preliminares, anteprojetos, projetos arquitetônicos e complementares, levantamentos topográficos, sondagens e os demais necessários, direta ou indiretamente, observados o âmbito de suas competências; VI - prestar suporte técnico às áreas demandantes, no âmbito de sua área de atuação; VII - definir diretrizes para elaboração de projetos-padrão, bem como desenvolver estudos e efetuar os ajustes necessários; VIII - articular-se com os demais órgãos, no acompanhamento e na execução de projetos arquitetônicos e complementares, básicos e executivos, realização de obras de construção, reforma, ampliação e revitalização de edificações; IX - acompanhar os serviços prestados por empresas contratadas para manutenção, em auxílio aos gestores e fiscais desses respectivos contratos, observado o âmbito de suas competências; X - manter mecanismos de avaliação e controle dos custos dos projetos, obras e serviços com vistas à composição do custo global das obras e dos serviços a serem executados; XI - orientar, acompanhar e assessorar as ações e os serviços, de natureza técnica de sua competência; XII - executar os contratos ou instrumentos congêneres no âmbito de sua atuação.
Requisitos: a) formação de nível superior nas áreas de Engenharias, preferencialmente em Engenharia Civil; b) não ter sofrido condenação criminal transitada em julgado; c) não ter incorrido em penalidade administrativa, no exercício de função pública, em Processo Administrativo Disciplinar (PAD), nos últimos 2 (dois) anos; d) jornada de trabalho de 8 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais.

Emprego: Gerente de Supervisão de Obras
Principais atribuições: Ao Gerente de Supervisão de Obras, além de orientar, dirigir, cumprir e fazer cumprir as normas e determinações legais, compete: I - gerenciar, monitorar e controlar, direta ou indiretamente, as atividades relacionadas às obras, à manutenção, reformas e restauros de edificações; II - acompanhar e monitorar, direta ou indiretamente, a execução física e financeira das obras, reformas, manutenção e restauro de edificações; III - prestar suporte técnico às áreas demandantes, no âmbito de sua área de atuação; IV - articular-se com os demais órgãos, no acompanhamento de projetos arquitetônicos e complementares, básicos e executivos, realização de obras de construção, reforma, ampliação e revitalização de edificações; V - acompanhar os serviços prestados por empresas contratadas para manutenção, em auxílio aos gestores e fiscais desses respectivos contratos, observado o âmbito de suas competências; VI - orientar, acompanhar e assessorar as ações e os serviços, de natureza técnica de sua competência; VII - executar, acompanhar e fiscalizar os contratos ou instrumentos congêneres no âmbito de sua atuação.
Requisitos: a) formação de nível superior nas áreas de Engenharias, preferencialmente em Engenharia Civil; b) não ter sofrido condenação criminal transitada em julgado; c) não ter incorrido em penalidade administrativa, no exercício de função pública, em Processo Administrativo Disciplinar (PAD), nos últimos 2 (dois) anos; d) jornada de trabalho de 8 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais.

Emprego: Gerente de Projetos de Obras
Principais atribuições: Ao Gerente de Projetos de Obras, além de orientar, dirigir, cumprir e fazer cumprir as normas e determinações legais, compete: I - elaborar estudos e projetos de obras, manutenção, reformas e restauros de edificações; II - proceder à análise de projetos arquitetônicos ou complementares, básicos ou executivos, relacionados às obras de construção, ampliação, reforma e revitalização de edifícios; III - elaborar projetos da rede física e de infraestrutura, propondo mudanças e melhorias, definindo critérios para a padronização dos espaços físicos; IV - avaliar e analisar estudos preliminares, anteprojetos, projetos arquitetônicos e complementares, levantamentos topográficos, sondagens e os demais necessários, direta ou indiretamente, observados o âmbito de suas competências; V - prestar suporte técnico às áreas demandantes, no âmbito de sua área de atuação; VI - definir diretrizes para elaboração de projetos-padrão, bem como desenvolver estudos e efetuar os ajustes necessários; VII - articular-se com os demais órgãos, no acompanhamento e na execução de projetos arquitetônicos e complementares, básicos e executivos, realização de obras de construção, reforma, ampliação e revitalização de edificações; VIII - manter mecanismos de avaliação e controle dos custos dos projetos, obras e serviços com vistas à composição do custo global das obras e dos serviços a serem executados; IX - orientar, acompanhar e assessorar as ações e os serviços, de natureza técnica de sua competência.
Requisitos: a) formação de nível superior nas áreas de Engenharias, preferencialmente em Engenharia Civil; b) não ter sofrido condenação criminal transitada em julgado; c) não ter incorrido em penalidade administrativa, no exercício de função pública, em Processo Administrativo Disciplinar (PAD), nos últimos 2 (dois) anos; d) jornada de trabalho de 8 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais.

DECRETO Nº 3.413, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023

Dispõe sobre o Núcleo Permanente de Acompanhamento do Plano Estadual Amazônia Agora (NPAA), criado pelo Decreto Estadual nº 941, de 3 de agosto de 2020, que institui o Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA). O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, inciso V, da Constituição Estadual, e Considerando o disposto nos arts. 15 e 16 do Decreto Estadual nº 941, de 3 de agosto de 2020,

DECRETA:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre o Núcleo Permanente de Acompanhamento do Plano Estadual Amazônia Agora (NPAA) instituído pelo art. 15 do Decreto Estadual nº 941, de 3 de agosto de 2020.

Parágrafo único. As competências do Núcleo Permanente de Acompanhamento do Plano Estadual Amazônia Agora (NPAA) estão definidas no art. 16 do Decreto Estadual nº 941, de 2020.

Art. 2º Os membros do Núcleo Permanente de Acompanhamento do Plano Estadual Amazônia Agora (NPAA), titulares e suplentes, serão designados pelas instituições executoras do Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA), elencadas no art. 14 do Decreto Estadual nº 941, de 2020.

Parágrafo único. Poderão compor o Núcleo Permanente de Acompanhamento do Plano Estadual Amazônia Agora (NPAA) outros órgãos, autarquias e fundações do poder público, bem como entidades e instituições do setor privado ou do terceiro setor, nacionais ou internacionais, na qualidade de instituições parceiras, mediante designação do Governador do Estado.

CAPÍTULO II DAS DIRETRIZES

Art. 3º São diretrizes do Núcleo Permanente de Acompanhamento do Plano Estadual Amazônia Agora (NPAA):

- I - atuar de forma estratégica e sistêmica no monitoramento da política pública do Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA);
- II - estimular a interação entre as instituições para debates e proposições de parcerias e soluções no âmbito do Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA);
- III - acompanhar a performance e o desenvolvimento do Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA) e de seus componentes;
- IV - alinhar os objetivos do Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA) aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), aos Princípios da Carta da Terra e aos demais compromissos globais dos quais o Estado do Pará seja signatário; e
- V - estimular a integração entre políticas as públicas nacionais e internacionais.

CAPÍTULO III DO FUNCIONAMENTO

Art. 4º O Núcleo Permanente de Acompanhamento do Plano Estadual Amazônia Agora (NPAA) será dotado de Coordenadoria e Vice Coordenadoria, as quais serão definidas até a segunda reunião do colegiado, cabendo à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) a convocação das reuniões, bem como exercer a Coordenação provisória do NPAA, enquanto não ultimadas as eleições.

§ 1º O Coordenador e Vice Coordenador do Núcleo Permanente de Acompanhamento do Plano Estadual Amazônia Agora (NPAA) serão eleitos pela maioria simples dos votos dos membros.

§ 2º O mandato do Coordenador e Vice Coordenador será de 2 (dois) anos, não sendo permitida recondução imediata, como forma de renovação e alternância dos assentos entre os membros do Núcleo Permanente de Acompanhamento do Plano Estadual Amazônia Agora (NPAA).

Art. 5º Compete ao Coordenador do Núcleo Permanente de Acompanhamento do Plano Estadual Amazônia Agora (NPAA):

- I - convocar, presidir e elaborar as pautas e atas das reuniões do Núcleo;
  - II - coordenar os trabalhos dos membros do Núcleo; e
  - III - representar o Núcleo em reuniões, colegiados e perante a sociedade.
- § 1º A função de relator será desempenhada pelo Vice Coordenador, que prestará o apoio técnico e administrativo necessários à preparação e à execução das reuniões do Núcleo Permanente de Acompanhamento do Plano Estadual Amazônia Agora (NPAA).

§ 2º O Coordenador será substituído, nos casos de ausência e impedimento, pelo Vice Coordenador, que designará um dos membros para a função de relator.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º A Coordenação do Núcleo Permanente de Acompanhamento do Plano Estadual Amazônia Agora (NPAA) poderá convidar para as reuniões, órgãos da Administração Pública e instituições não-governamentais, quando houver necessidade de pesquisa técnica ou oportunidade de soluções tecnológicas relacionadas aos objetivos do Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA).

Art. 7º A participação dos membros do Núcleo Permanente de Acompanhamento do Plano Estadual Amazônia Agora (NPAA) é considerada serviço público de natureza relevante, não remunerada.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 18 de outubro de 2023.

HELDER BARBALHO
Governador do Estado

DECRETO DE 18 DE OUTUBRO DE 2023

Designa os membros do Núcleo Permanente de Acompanhamento do Plano Estadual Amazônia Agora (NPAA), instituído pelo Decreto nº 941, de 3 de agosto de 2020.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, incisos V e VII, alínea "a", da Constituição Estadual, e

Considerando o disposto nos art. 14, § 2º, e 15 do Decreto Estadual nº 941, de 3 de agosto de 2020,

DECRETA:
Art. 1º Ficam designados para compor o Núcleo Permanente de Acompanhamento do Plano Estadual Amazônia Agora (NPAA) os representantes dos seguintes órgãos e entidades:

- I - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS):
  - a) Titular: Brenda Melise Morbach Paredes Hachem;
  - b) Suplente: Diana da Silva Castro;
- II - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (SEDEME):
  - a) Titular: Lilian Poliana Sousa Gualberto;
  - b) Suplente: Gil Mendes Sales;
- III - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e Pesca (SEDAP):
  - a) Titular: Heloisa Helena Batista de Figueiredo;
  - b) Suplente: Ozias Guedes de Aquino;